



IBGE

CENSO AGRO

AGENTE CENSITÁRIO MUNICIPAL (ACM) E SUPERVISOR (ACS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico Quantitativo
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Noções de Administração / Situações Gerenciais
- ▶ Conhecimentos Técnicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS

A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA

Agente Censitário
Municipal (ACM) e
Supervisor (ACS)

CÓD: SL-092AB-26
7908433295600

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial	16
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	18
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	19
6. Emprego de tempos e modos verbais	20
7. Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	23
8. Emprego das classes de palavras	28
9. Emprego dos sinais de pontuação	37
10. Concordância verbal e nominal	39
11. Regência verbal e nominal.....	40
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	43
13. Colocação dos pronomes átonos	45
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto	46
15. Significação das palavras.....	47
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	48

Raciocínio Lógico Quantitativo

1. Estruturas lógicas.....	59
2. Lógica de argumentação.....	65
3. Diagramas lógicos	69
4. Aritmética	72
5. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	87

Ética no Serviço Público

1. Código de Ética do IBGE (disponível para download nos endereços eletrônicos https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98031.pdf e https://conhecimento.fgv.br/concursos/ibgepps21	97
2. Lei nº 8.112/1990 e suas alterações (art. 116, incisos I a IV, inciso V, alíneas a e c, incisos VI a XII e parágrafo único; art. 117, incisos I a VI e IX a XIX; art. 118 a art. 126; art. 127, incisos I a III; art. 132, incisos I a VII, e IX a XIII; art. 136 a art. 141; art. 142, incisos I, primeira parte, II e III, e §1º a §4º)	100

Noções de Administração / Situações Gerenciais

1. Aspectos gerais da administração: Organizações como sistemas abertos.....	105
2. Funções administrativas: Planejamento, organização, direção e controle; Motivação, comunicação e liderança	108
3. Processo decisório e resolução de problemas	115

ÍNDICE

1. Noções básicas de gerência e gestão de organizações e de pessoas.....	117
2. Eficiência e funcionamento de grupos; O indivíduo na organização: papéis e interações; Trabalho em equipe; Equipes de trabalho.....	120
3. Responsabilidade, coordenação, autoridade, poder e delegação	127
4. Avaliação de desempenho	130
5. Compromisso com a qualidade nos serviços prestados	131

Conhecimentos Técnicos

1. Conhecimentos técnicos aplicados no Censo Demográfico 2022.....	141
--	-----

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre

textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

ESTRUTURAS LÓGICAS

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Ex.: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Ex.: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico.

São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: "Quando será a prova?"
- Frases exclamativas: "Que maravilhoso!"
- Frases imperativas: "Desligue a televisão."
- Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: " $2 + 2 = 4$ "
- Sentença fechada e falsa: "O Brasil é uma ilha"

► **Proposições Simples e Compostas**

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► **Classificação de Frases**

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- “O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- “Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- “João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- “Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- “ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- “Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- “Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- “Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE (DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS [HTTPS://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/LIVROS/LIV98031.PDF](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98031.pdf) E [HTTPS://CONHECIMENTO.FGV.BR/CONCURSOS/IBGEPSS21](https://conhecimento.fgv.br/concursos/ibgepss21)

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

CAPÍTULO I

SEÇÃO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público do IBGE, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição do serviço público, como um todo, e, em especial, das pesquisas estatísticas e geocientíficas oficiais, cujas fontes de dados escolhidas devem contemplar a qualidade, a oportunidade, os custos e o ônus para os cidadãos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal. Por se integrar à condição de servidor do IBGE, o elemento ético da conduta abrange, além dos primados maiores, a adoção dos melhores princípios, métodos e práticas, de acordo com considerações estritamente profissionais, incluídos os princípios técnicos, científicos e a ética profissional.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. Para melhor exercício de sua função pública no IBGE, o servidor deve ter consciência da relevância das informações estatísticas e geocientíficas, a fim de atender ao direito à informação pública de modo imparcial e com igualdade de acesso. É imprescindível que o servidor do IBGE zele pela qualidade dos processos de produção das informações oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio.

IV- A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar. Entretanto, os dados individuais de pessoas físicas ou jurídicas coletados pelo IBGE são estritamente confidenciais e exclusivamente utilizados para fins estatísticos. Ademais, leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatístico e cartográfico no Instituto devem ser de conhecimento público.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omitir-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação. O caráter colaborativo e participativo deve estar presente nas atividades estatísticas e cartográficas, privilegiando-se, assim, um contato estreito e harmonioso entre ambas as atividades – contato essencial para melhorar a qualidade, comparabilidade e coerência dos dados produzidos. Esse espírito colaborativo e participativo deve estender-se à coordenação dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais de responsabilidade do IBGE. Portanto, compete ao Instituto propor, discutir e estabelecer, em conjunto com as demais instituições nacionais, diretrizes, planos e programas para a produção estatística e cartográfica – processo que deve irradiar-se à

esfera internacional, especialmente na cooperação bilateral e multilateral, a fim de melhorar as informações estatísticas e geocientíficas oficiais em todos os países, por meio da utilização de conceitos, classificações e métodos que promovam a coerência e a eficiência entre os diversos sistemas estatísticos e cartográficos.

SEÇÃO II DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

XIV - São deveres fundamentais do servidor do IBGE:

- a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;
- b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
- d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

l) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem;

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) apresentar, nas análises estatísticas e geográficas, informações que estejam de acordo com as normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos, bem como comentar as interpretações errôneas e o uso indevido de informações estatísticas e geocientíficas;

x) zelar pela qualidade dos processos de produção das informações estatísticas e geocientíficas oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio;

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO / SITUAÇÕES GERENCIAIS

ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS

A administração pode ser compreendida como o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, com o objetivo de alcançar metas organizacionais de maneira eficiente e eficaz. Trata-se de uma atividade essencial em qualquer tipo de organização, independentemente de seu porte ou finalidade, pois está diretamente relacionada à coordenação de esforços coletivos.

Nesse sentido, a administração não se limita a um conjunto de técnicas, mas constitui um campo de conhecimento estruturado, com fundamentos teóricos e aplicações práticas. Sua atuação envolve tomada de decisão, alocação de recursos e adaptação constante às mudanças do ambiente.

► Evolução do pensamento administrativo até a abordagem sistêmica

Das teorias clássicas à complexidade organizacional

O pensamento administrativo evoluiu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Inicialmente, predominavam abordagens mecanicistas, como a Administração Científica e a Teoria Clássica, que enxergavam a organização como uma estrutura rígida, focada na eficiência interna.

Posteriormente, surgiram abordagens mais voltadas ao fator humano e às relações sociais, como a Teoria das Relações Humanas. No entanto, essas perspectivas ainda apresentavam limitações ao analisar as organizações de forma isolada. Foi nesse contexto que emergiu a abordagem sistêmica, propondo uma visão mais ampla, integrada e dinâmica das organizações.

► Conceito de sistema e seus elementos

Definição de sistema

Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si com o objetivo de formar um todo organizado. Esses elementos não funcionam de maneira isolada, mas sim em constante interação, o que faz com que alterações em uma parte do sistema afetem o conjunto como um todo.

Elementos fundamentais de um sistema

Para compreender o funcionamento de um sistema, é importante identificar seus principais componentes. De forma didática, esses elementos podem ser apresentados da seguinte maneira:

- Entradas (inputs): recursos ou informações que ingressam no sistema
- Processamento (transformação): atividades que convertem as entradas em resultados
- Saídas (outputs): produtos, serviços ou resultados gerados pelo sistema
- Retroalimentação (feedback): informações sobre o desempenho do sistema
- Ambiente: contexto externo que influencia e é influenciado pelo sistema

Esses elementos permitem compreender como os sistemas operam de forma dinâmica e integrada, sendo essenciais para a análise organizacional.

► Sistemas fechados e sistemas abertos

Diferenças conceituais

Os sistemas podem ser classificados, de maneira geral, em fechados ou abertos. Os sistemas fechados são aqueles que operam com pouca ou nenhuma interação com o ambiente externo, sendo mais teóricos do que reais no contexto organizacional. Já os sistemas abertos mantêm constante intercâmbio com o ambiente, recebendo influências e também exercendo impacto sobre ele.

Relevância para as organizações

As organizações modernas são, essencialmente, sistemas abertos, pois dependem de recursos externos e estão sujeitas a fatores ambientais como mercado, legislação, tecnologia e cultura. Ignorar essa interação compromete a compreensão da realidade organizacional, tornando a abordagem sistêmica fundamental para a administração contemporânea.

ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS

► Conceito de organização como sistema aberto

Interação constante com o ambiente

As organizações são compreendidas, na abordagem sistêmica, como sistemas abertos porque mantêm uma relação contínua de troca com o ambiente externo. Diferentemente de estruturas isoladas, elas dependem de insumos externos para funcionar e, ao mesmo tempo, devolvem ao ambiente produtos, serviços e impactos diversos. Essa dinâmica torna as organizações entidades vivas, sujeitas a mudanças, adaptações e influências constantes.

Essa perspectiva rompe com visões tradicionais que tratavam a organização como um sistema fechado, autossuficiente e previsível. Ao contrário, o modelo de sistema aberto reconhece a complexidade organizacional e a necessidade de adaptação contínua diante de um ambiente instável e competitivo.

► **Relação entre organização e ambiente externo**

Ambiente como fonte de recursos e pressões

O ambiente externo desempenha papel fundamental na existência e no funcionamento das organizações. Ele fornece recursos essenciais, como matéria-prima, capital, tecnologia e mão de obra, além de impor restrições e exigências por meio de fatores econômicos, políticos, sociais e legais.

A compreensão dessa relação é essencial para a gestão estratégica, pois a sobrevivência organizacional depende da capacidade de interpretar e responder adequadamente às mudanças ambientais.

Para compreender melhor os principais elementos do ambiente que influenciam as organizações, destacam-se:

- Fatores econômicos, como inflação, taxas de juros e mercado consumidor
- Fatores tecnológicos, relacionados à inovação e transformação digital
- Fatores políticos e legais, como regulamentações e políticas públicas
- Fatores sociais e culturais, que influenciam comportamento e consumo

► **Fluxo sistêmico: entradas, transformação e saídas**

Dinâmica operacional do sistema aberto

As organizações operam por meio de um fluxo contínuo de transformação de recursos. Inicialmente, recebem entradas (inputs), que podem incluir insumos físicos, informações, capital e trabalho humano. Esses elementos são processados internamente por meio de atividades organizacionais, resultando em saídas (outputs), como bens, serviços ou informações.

Importância da retroalimentação

A retroalimentação (feedback) é um elemento essencial nesse processo, pois permite à organização avaliar seu desempenho e corrigir eventuais desvios. Por meio do feedback, a organização ajusta suas operações, aprimora seus processos e aumenta sua capacidade de adaptação ao ambiente.

► **Interdependência entre subsistemas organizacionais**

Integração interna da organização

Uma organização, enquanto sistema aberto, é composta por diversos subsistemas interdependentes, como o setor financeiro, de recursos humanos, de produção e de marketing. Cada um desses subsistemas desempenha funções específicas, mas nenhum opera de forma isolada.

Alterações em um subsistema tendem a impactar os demais, exigindo coordenação e alinhamento entre as diferentes áreas. Essa interdependência reforça a importância de uma gestão integrada, capaz de considerar o todo organizacional.

► **Equilíbrio dinâmico e adaptação organizacional**

Busca pela sobrevivência e estabilidade

As organizações buscam constantemente um estado de equilíbrio dinâmico, ou seja, uma condição em que conseguem manter sua estabilidade interna mesmo diante de mudanças externas. Esse equilíbrio não é estático, mas sim resultado de ajustes contínuos.

Capacidade adaptativa

A sobrevivência organizacional está diretamente relacionada à capacidade de adaptação. Organizações que conseguem interpretar sinais do ambiente, antecipar mudanças e responder de forma eficiente tendem a se manter competitivas. Já aquelas que não se adaptam correm o risco de entrar em declínio.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DA ABORDAGEM SISTÊMICA NAS ORGANIZAÇÕES

► **Visão de totalidade e integração**

Organização como um todo integrado

A abordagem sistêmica enfatiza que a organização deve ser compreendida como um todo, e não apenas pela soma de suas partes isoladas. Isso significa que decisões e ações em um setor podem gerar impactos diretos ou indiretos em outros, exigindo uma visão global por parte dos gestores. Essa perspectiva amplia a capacidade analítica e evita soluções fragmentadas que poderiam comprometer o desempenho organizacional.

Importância da visão holística

A visão holística permite que os gestores identifiquem conexões, padrões e interdependências dentro da organização. Dessa forma, torna-se possível compreender melhor os efeitos das decisões e promover maior alinhamento entre os diferentes setores e objetivos organizacionais.

► **Sinergia e interdependência**

O conceito de sinergia

Um dos princípios fundamentais da abordagem sistêmica é a sinergia, que ocorre quando a interação entre as partes gera um resultado superior ao que seria obtido se elas atuassem isoladamente. Em outras palavras, o todo é maior do que a soma das partes.

Relações de interdependência

Os diversos setores de uma organização são interdependentes, ou seja, dependem uns dos outros para funcionar adequadamente. Essa interdependência exige coordenação, comunicação eficiente e alinhamento estratégico entre as áreas.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS

CONHECIMENTOS TÉCNICOS APLICADOS NO CENSO DEMOGRÁFICO 2022

IBGE – ESTUDO DOS CONHECIMENTOS TÉCNICOS TR-40

► Fundamentos Institucionais: Ibge E A Produção Do Conhecimento Estatístico

Finalidade do Material (TR-40)

O documento “Estudo dos Conhecimentos Técnicos – TR-40” constitui um instrumento técnico-normativo elaborado pelo IBGE com a finalidade de sistematizar, padronizar e transmitir o conjunto de conhecimentos conceituais e operacionais indispensáveis à participação no Processo Seletivo Simplificado do Censo Demográfico 2022. Sua estrutura está orientada para a consolidação de uma base comum de entendimento entre os candidatos, incorporando definições precisas, critérios metodológicos e diretrizes de execução que refletem a lógica institucional da operação censitária. Nesse sentido, o documento não apenas organiza conteúdos, mas estabelece um referencial técnico alinhado às exigências de qualidade, consistência e uniformidade necessárias à produção de dados estatísticos em escala nacional.

Ao organizar conceitos, procedimentos e rotinas de trabalho, o material atua como mecanismo de uniformização da prática de coleta, reduzindo ambiguidades interpretativas e assegurando consistência na aplicação dos instrumentos de pesquisa. Essa padronização é essencial em uma operação de grande escala, como o Censo, na qual múltiplos agentes atuam simultaneamente em diferentes contextos territoriais. Dessa forma, o TR-40 contribui diretamente para a integridade metodológica da pesquisa, ao garantir que os dados sejam coletados sob os mesmos parâmetros técnicos, independentemente da localidade.

Além disso, o documento exerce função formativa ao introduzir o candidato à lógica operacional do Censo, evidenciando a relação entre o domínio conceitual e a qualidade do resultado estatístico. A correta compreensão dos conteúdos apresentados impacta diretamente a precisão das informações registradas, uma vez que a coleta depende da aplicação rigorosa de definições e procedimentos previamente estabelecidos. Nesse sentido, o TR-40 não apenas orienta a atuação do recenseador, mas também atua como elemento estruturante da qualidade da informação produzida, assegurando confiabilidade, comparabilidade e validade estatística aos dados censitários.

Natureza Institucional do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) configura-se como o órgão central responsável pela produção, coordenação e disseminação das informações estatísticas,

geográficas e ambientais no Brasil. Sua atuação institucional está orientada à geração de dados oficiais que permitem a compreensão estruturada da realidade nacional, abrangendo dimensões territoriais, demográficas e socioeconômicas. Nesse sentido, o IBGE não apenas coleta informações, mas organiza e sistematiza o conhecimento sobre o país a partir de bases metodológicas padronizadas.

A produção dessas informações está fundamentada em procedimentos técnicos rigorosos, que asseguram a qualidade, a comparabilidade e a consistência dos dados ao longo do tempo e entre diferentes regiões. Essa padronização metodológica é essencial para que os resultados das pesquisas possam ser utilizados de forma confiável em análises estatísticas, permitindo a construção de séries históricas e o acompanhamento das transformações sociais e econômicas do país.

Do ponto de vista operacional, a atuação do IBGE se apoia em uma estrutura descentralizada, composta por unidades estaduais e uma ampla rede de agências de coleta distribuídas pelo território nacional. Essa capilaridade permite a realização de pesquisas de grande escala, como o Censo Demográfico, garantindo cobertura territorial abrangente e uniformidade na aplicação dos procedimentos, mesmo diante da diversidade geográfica e social existente no Brasil. Dessa forma, o IBGE desempenha um papel estruturante na consolidação de um sistema nacional de informações, no qual os dados produzidos servem como base para a formulação de políticas públicas, planejamento governamental e tomada de decisões no setor privado. Sua relevância institucional está diretamente associada à capacidade de transformar a coleta sistemática de dados em conhecimento organizado, contribuindo para uma leitura consistente e contínua da realidade brasileira.

Missão Institucional

A missão do IBGE é sintetizada na diretriz de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, o que evidencia o caráter estruturante da informação estatística no âmbito institucional. Essa formulação traduz a responsabilidade do Instituto em produzir dados oficiais que não apenas descrevem a realidade, mas a organizam de forma sistemática, permitindo sua interpretação, análise e utilização em diferentes contextos decisórios. Assim, a informação produzida assume papel ativo na construção do conhecimento sobre o país, ultrapassando a função meramente descritiva.

Essa missão está diretamente associada à necessidade de compreender a sociedade brasileira em suas múltiplas dimensões demográfica, econômica, social e territorial por meio de métodos padronizados e rigor técnico. Ao transformar dados dispersos em informações estruturadas, o IBGE possibilita a identificação de padrões, tendências e desigualdades, contribuindo para uma leitura qualificada das dinâmicas que caracterizam o

desenvolvimento nacional. Dessa forma, o conhecimento gerado passa a constituir um instrumento essencial para análise e planejamento.

Além disso, ao assegurar a produção contínua e sistemática de informações confiáveis, o Instituto viabiliza a construção de uma base informacional sólida, acessível e comparável ao longo do tempo. Essa base sustenta tanto o acompanhamento das transformações estruturais do país quanto o exercício da cidadania, na medida em que amplia o acesso da sociedade a dados relevantes sobre sua própria realidade. Nesse contexto, a missão institucional do IBGE se concretiza na articulação entre produção de conhecimento, transparência informacional e suporte à tomada de decisão em diferentes níveis da sociedade.

Função Estratégica da Informação

As informações produzidas pelo IBGE possuem caráter estratégico e são utilizadas em diferentes esferas. No setor público, subsidiam a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, permitindo maior precisão na definição de prioridades e na alocação de recursos. No setor privado, servem como base para análises de mercado, planejamento de investimentos e tomada de decisões empresariais. Além disso, essas informações contribuem para o acompanhamento de indicadores sociais e econômicos, fortalecendo mecanismos de transparência e ampliando o acesso ao conhecimento sobre a realidade nacional.

Dessa forma, o material técnico do Censo insere o leitor em uma estrutura mais ampla de produção de conhecimento estatístico, evidenciando que a coleta de dados realizada em campo integra um sistema organizado, cuja finalidade é transformar informações em instrumentos de análise e planejamento.

O CENSO DEMOGRÁFICO 2022: ESTRUTURA, FINALIDADE E REFERENCIAL TEMPORAL

O Censo Demográfico constitui a mais abrangente, complexa e estruturante operação estatística realizada pelo IBGE, caracterizando-se como uma pesquisa de natureza censitária cujo objetivo central é enumerar integralmente a população residente no país e levantar, de forma sistemática, padronizada e metodologicamente rigorosa, informações detalhadas sobre as características dos habitantes e de seus domicílios em todo o território nacional. Trata-se de um levantamento de cobertura universal que se distingue das pesquisas amostrais por não se basear em inferências probabilísticas, mas na observação direta da totalidade dos indivíduos e unidades habitacionais, assegurando elevada precisão estatística e detalhamento territorial das informações produzidas.

Essa abrangência confere ao Censo uma capacidade analítica singular, permitindo a construção de um retrato estruturado da realidade demográfica, social e econômica do país. Ao captar simultaneamente múltiplas dimensões da população como distribuição espacial, composição étnica, características dos domicílios e condições de vida, a operação censitária possibilita a identificação de padrões, tendências e desigualdades, constituindo uma base sólida para análises comparativas ao longo do tempo. Dessa forma, o Censo se consolida como a principal referência para o acompanhamento das transformações estruturais da sociedade brasileira.

Além de sua função descritiva, o Censo desempenha papel estratégico na produção de informações estruturais que subsidiam o planejamento público e privado, uma vez que os dados coletados servem de base para a formulação de políticas públicas, a definição de prioridades governamentais e a tomada de decisões em diferentes setores da economia. A padronização metodológica e a abrangência territorial da coleta garantem a comparabilidade dos dados entre regiões e períodos, permitindo análises consistentes e fundamentadas sobre a dinâmica populacional e suas implicações.

Nesse contexto, o Censo Demográfico 2022 articula sua estrutura operacional, sua finalidade estatística e seu referencial temporal definido pela data de referência de modo a assegurar que todas as informações coletadas representem, de forma coerente e integrada, a realidade existente em um ponto específico no tempo. Essa articulação entre abrangência, precisão metodológica e padronização temporal constitui o fundamento da confiabilidade dos dados censitários, reforçando sua importância como instrumento central para a compreensão e o planejamento da realidade nacional.

Periodicidade Decenal e Escala Operacional

A realização do Censo Demográfico ocorre em intervalos regulares de dez anos, configurando-se como um mecanismo estruturado de atualização das informações fundamentais sobre a população brasileira. Essa periodicidade decenal não apenas assegura a renovação dos dados estatísticos utilizados no planejamento nacional, como também viabiliza a construção de séries históricas consistentes, permitindo a análise comparativa das transformações demográficas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Ao estabelecer ciclos definidos de coleta, o Censo garante a continuidade e a padronização das informações, elementos essenciais para o monitoramento das dinâmicas populacionais.

Do ponto de vista operacional, a execução do Censo caracteriza-se por sua elevada complexidade e magnitude, envolvendo uma mobilização nacional que abrange milhões de domicílios distribuídos por todos os municípios do país. Essa abrangência territorial exige uma estrutura organizacional altamente articulada, capaz de coordenar equipes em diferentes níveis hierárquicos e em contextos geográficos diversos. Além disso, a operação demanda a aplicação rigorosa de procedimentos padronizados, instrumentos tecnológicos específicos e protocolos técnicos bem definidos, de modo a assegurar a uniformidade da coleta e a confiabilidade dos dados obtidos.

A combinação entre periodicidade definida e escala operacional ampliada confere ao Censo um papel estratégico na produção de informações estruturais, pois permite captar, de forma sistemática e abrangente, as mudanças ocorridas na sociedade entre um ciclo e outro. Dessa forma, o levantamento censitário se consolida como referência fundamental para o conhecimento contínuo da realidade nacional, sustentando análises de longo prazo e orientando decisões em diferentes níveis de atuação.

Finalidade e Importância dos Dados

Os dados coletados pelo Censo Demográfico constituem a principal e mais abrangente base de informações sobre a realidade da população brasileira, configurando-se como referência fundamental para a análise estruturada das condições de vida,



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!